

Depoimento Especial: contexto e perspectivas

INFÂNCIA E JUVENTUDE NA ATUALIDADE:

GARANTIA DE DIREITOS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

PUC-RIO / OUTUBRO – 2018

[HTTP://BIT.LY/2O3AHYM](http://bit.ly/2O3AHYM)

JOSÉ CÉSAR COIMBRA

@ARCOIM

CNJ - Recomendação N° 33 de 23/11/2010

I – a implantação de sistema de depoimento vídeogravado para as crianças e os adolescentes [...] **deverá ser realizado em ambiente separado da sala de audiências**, com a participação de **profissional especializado** para atuar nessa prática;

II – os **participantes** de escuta judicial deverão ser **especificamente capacitados** para o emprego da técnica do depoimento especial, usando os princípios básicos da **entrevista cognitiva**.

@arcoim

IV – os **serviços técnicos** do sistema de justiça devem estar aptos a promover o **apoio, orientação e encaminhamento** de assistência à **saúde** física e emocional da vítima ou testemunha e seus familiares, quando necessários, **durante e após** o procedimento judicial.

V – devem ser tomadas medidas de controle de tramitação processual que promovam a garantia do princípio da atualidade, garantindo a **diminuição do tempo entre o conhecimento do fato investigado e a audiência de depoimento especial**.

LEI Nº 13.431/2017

Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da **Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas** e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

Art. 7º **Escuta especializada** é o procedimento de **entrevista** sobre situação de violência com criança ou adolescente perante **órgão da rede de proteção**, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Art. 8º **Depoimento especial** é o procedimento de **oitiva** de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante **autoridade policial ou judiciária**.

Art. 11. O **depoimento especial** reger-se-á por **protocolos** e, **sempre que possível**, será realizado **uma única vez**, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:

I - os **profissionais especializados** esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial [...];

II - é **assegurada** à criança ou ao adolescente a **livre narrativa** sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário [...];

III - [testemunho] **transmitido em tempo real para a sala de audiência =>**

IV - [...];

V - o **profissional especializado** poderá **adaptar** as **perguntas** à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;

VI - o depoimento especial será **gravado** em áudio e vídeo.

§ 1º **À vítima ou testemunha de violência é garantido o direito de prestar depoimento diretamente ao juiz, se assim o entender.**

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul. 2007. Gert Jonker; Rika Swanzen

@arcom

1991, **intermediário** para crianças em casos de abuso sexual em razão da idade precoce e da vulnerabilidade emocional;

Assistente social **prepara** criança para que se apresente no tribunal. Seu papel é **traduzir** as **perguntas** sem alterar o conteúdo geral da pergunta;

O **intermediador** tem o **dever** de **atenuar** agressões e intimidações e de informar o tribunal quando a testemunha demonstrar cansaço ou perda de concentração.

Dificuldades, África do Sul

East London assistentes sociais se **recusaram** a continuar a oferecer o serviço;

impacto de **longos atrasos** e o estresse de um julgamento de longa duração;

o fato de se pedir à criança para **repetir** os detalhes do abuso;

a **dúvida** se um processo bem-sucedido compensa o trauma a que ele submete a criança;

o **conflito** de papéis entre assistentes sociais e intermediadores;

demora de até 2 anos para que os casos tivessem suas respectivas audiências =>

Ainda...

O uso de **intermediador** implicou **problemas**;

o contexto no qual a criança oferece seu testemunho pode estar causando mais **danos** do que seria cabível;

Serviços posteriores ao testemunho, como **terapia**, só podem ser iniciados **depois** que a criança tiver testemunhado no tribunal.

Resolução nº 20/2005 - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas ECOSOC

Diretrizes para a justiça em assuntos envolvendo **crianças**
vítimas ou testemunhas de crimes;

Estabelecem **boas práticas** baseadas no consenso do **conhecimento contemporâneo** e normas, padrões e princípios internacionais e regionais relevantes;

Esforços para **prevenir a vitimização** das crianças;

@arcoln

As **interferências** na **vida privada** da criança devem ser limitadas ao **mínimo** necessário,

Devem existir **altos padrões** de **coleta de evidências** para assegurar resultados justos e equitativos do processo de justiça;

Entrevistas, exames e outras formas de investigação devem ser conduzidos por **profissionais treinados** [...].

A **idade não** deve constituir **barreira** ao direito da criança a participar plenamente no processo de justiça.*

Toda criança deve ser tratada como uma **testemunha capaz, com ou sem auxílio à comunicação e outras formas de assistência**.*

*Ver artigo 12, **Convenção sobre os direitos da criança**.

[Convenção Direitos da Criança, art. 12]

jccolmbra

1 – Os Estados Partes devem assegurar à **criança** que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o **direito de expressar suas opiniões livremente** sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança.

2 – Com tal propósito, proporcionar-se-á à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer **diretamente** quer por intermédio de um **representante** ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais de legislação nacional.

[Implementation Handbook for the Convention on the Rights of the Child, art. 12]

Estados devem decidir como a criança é ouvida;

Transmitir o ponto de vista da criança;

Adaptar salas de audiência, mais informais, roupa dos juízes, videogravação, telas (biombos), salas especiais, sala de espera, preparação.

Resolução Ecosoc nº 20/2005

Medidas para tornar mais fácil para as crianças as fases pré-julgamento e julgamento

@arcom

Especialistas em crianças vítimas ou testemunhas para atender as necessidades especiais da criança;

Pessoas de apoio, incluindo **especialistas** e **familiares apropriados**, para **acompanhar** a criança durante o depoimento [...];

Resolução Ecosoc nº 20/2005

Utilizar:

salas de entrevistas concebidas para crianças;

serviços interdisciplinares para vítimas infantis integrados no mesmo local;

ambientes de tribunal modificados que levem em consideração testemunhas infantis;

recessos durante o depoimento de uma criança;

audiências programadas em momentos do dia apropriados à idade e à maturidade da criança;

sistema de notificação adequado para garantir que a criança vá ao tribunal apenas quando necessário [...].

Resolução Ecosoc nº 20/2005

Limitar o número de entrevistas;

Assegurar que as crianças vítimas ou testemunhas sejam protegidas, desde que compatíveis com o ordenamento jurídico [...], de serem interrogadas pelo suposto autor;

Utilizar meios de apoio ao testemunho ou nomear peritos psicológicos.

Resolução Ecosoc nº 20/2005

Disponibilizar formação, educação e informação adequadas com vista a melhorar e manter métodos, abordagens e atitudes especializadas;

Praticar abordagem interdisciplinar e cooperativa na ajuda às crianças.

Resolução Ecosoc nº 20/2005

Dúvida:

Resolução Ecosoc nº 20/2005

Dúvida:

Onde está o intermediário?

Justice in matters involving child victims and witnesses of crime
Handbook for Professionals and Policymakers
UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME
2009

jccolmbra

Pessoa de apoio (Support person): 40x

Melhor alternativa para assegurar que toda informação seja transmitida à vítima de modo adequado;

Seja especialista ou familiar, sua atribuição é a de acompanhar a criança durante o testemunho;

Provê apoio emocional, reduzindo o impacto durante o testemunho judicial;

Constitui-se como recurso válido, independentemente do sistema processual criminal vigente (inquisitorial, adversarial ou outro) .

Pessoa de apoio, ECA?

Art. 100. Na aplicação das medidas [específicas de proteção] levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, **em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável**, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de **promoção dos direitos e de proteção**, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#)

Justice in matters involving child victims and witnesses of crime
Handbook for Professionals and Policymakers
UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - Unodc
2009

@arcoln

Intermediário
(**Intermediary**):
10x

Justice in matters involving child victims and witnesses of crime
Handbook for Professionals and Policymakers
UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME
2009

Intermediário
(**Intermediary**):
10x
na mesma página

Pode ser **parente**, **especialista**,
guardião, ou **qualquer** outra pessoa
definida pela autoridade judicial;

'**Traduz**' a questão para o
entendimento da criança, **quando** se
fizer necessário;

Pode **comentar** a resposta da
criança, caso requeira explicação.

Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of
Crime Model Law and Related Commentary
Unodc, 2009

jccolmpra

Support Person: 78x

Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of
Crime Model Law and Related Commentary
Unodc, 2009

Support Person: 78x

Intermediary: ?

Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of
Crime Model Law and Related Commentary
Unodc, 2009

Support Person: 78x

Intermediary: 1x

Unodc:
formas protegidas de colheita de
testemunho

CCTV, sala especial;

Tela removível ou cortina;

Remoção do acusado da sala de audiências.

jccolnbra

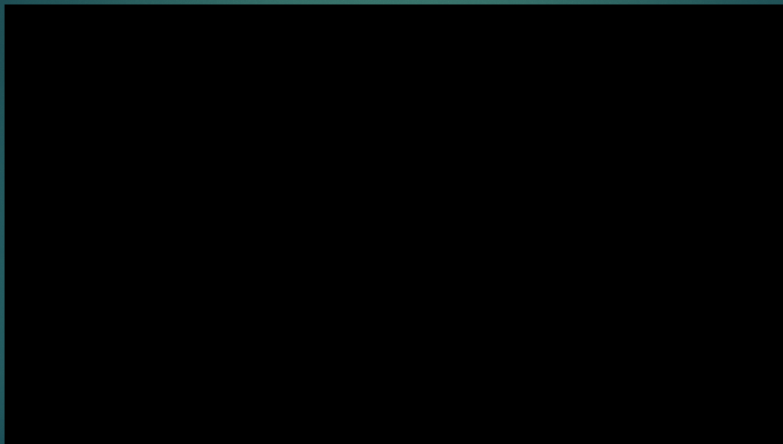
Colheita de testemunho: Tendências

@arcom

Cães treinados:

Canadá e EUA

Facility dog Pella comforts children
testifying in court



Colheita de testemunho: Tendências

@arcom

Atenção Integral, pessoa de
apoio:
Canadá, Europa

Child Witness Project -
London Family Court Clinic



Barnahus (Child house):
cuidado, apoio, entrevistas

Islândia, 1998;

Reino Unido;

Modelo incentivado pelo **Conselho da Europa** =>

Conselho da Europa

Defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa.

Barnahus

Centro **interdisciplinar** e **multiagência** para crianças **vítimas** e **testemunhas**. Nesse equipamento a criança pode ser entrevistada e medicamente examinada para fins judiciais.

Barnahus

Entrevistas de investigação são observadas via circuito fechado de TV por um **conjunto de profissionais**:

policiais, serviço de proteção à criança, promotor de justiça, advogado de defesa, juiz e representante legal da criança =>

Comunicação feita por microfone/fone de ouvido, apresentação das perguntas de forma adequada, baseada nos princípios da **entrevista forense**.

A entrevista é realizada o mais rapidamente possível.

Barnahus

Há **diferenças** de funcionamento conforme o país;

Pessoa de apoio;

Entrevistadores forenses (policiais treinados);

Exploratory interview;

Investigative interview.

Terminology Guidelines for the Protection of Children from
Sexual Exploitation and Sexual Abuse, 2016.
Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children

jccolmbra

Revitimização/Vitimização repetida

Qualquer abuso sexual ou ofensa **subsequente** ao primeiro episódio, realizado por um **diferente** ofensor.

O termo 'revitimização' é por vezes usado como sinônimo de vitimização secundária. No entanto, os dois termos têm diferentes definições e devem ser **diferenciados** um do outro.

Terminology Guidelines for the Protection of Children from
Sexual Exploitation and Sexual Abuse, 2016.
Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children

Vitimização secundária

Vitimização que se segue à original.

Atitudes, comportamentos e práticas realizados pelos **serviços** que resultam em trauma adicional.

Reação social negativa à vitimização primária que é experimentada como nova situação de violência.

Terminology Guidelines for the Protection of Children from
Sexual Exploitation and Sexual Abuse, 2016.
Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children

Vitimização secundária

Resultado **de respostas erradas** às necessidades das vítimas (culpabilização, linguagem ou procedimento inadequado).

Pode ser resultado de **inquirições repetidas, redundância de procedimentos sanitários**, realizados por diferentes agentes ao longo do processo judicial.

Terminology Guidelines for the Protection of Children from
Sexual Exploitation and Sexual Abuse, 2016.
Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children

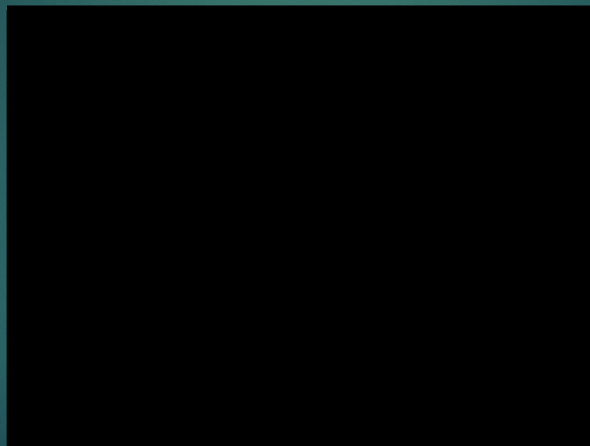
Vitimização colateral/indireta

Outras pessoas, próximas à vítima ou ao agressor, podem também se sentir vitimizadas.

Vulnerabilidade indireta, Lei 13431/17, artigo 19, II.

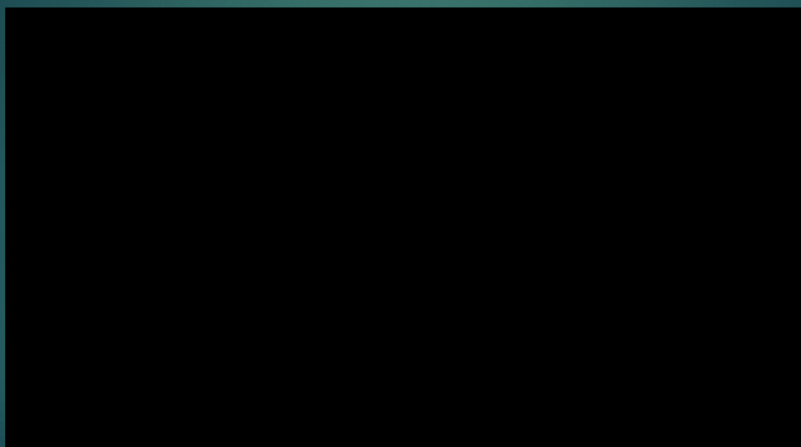
(H)ouve?

Silvia Ignez Silva Ramos e Henrique Ligeiro



TJRS

Vídeo de sensibilização para o Depoimento Especial
de crianças e adolescentes



Bibliografia

@arcoim

Coimbra, J. (2014). Depoimento especial de crianças: um lugar entre proteção e responsabilização?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 362-375. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000732013>

Coimbra, J. (15 jun., 2017). 'Una': Quando o presente encena o passado impossível [Cartas do Litoral. Blog]. Recuperado de Cartas do Litoral, <http://bit.ly/2DvFUEj>

Coimbra, J. (2018). Resumo do curso 'Enfrentamento do abuso sexual na criança e adolescente', Tilman Fűrmiss, BH, Brasil, 2001. Zenodo. <http://doi.org/10.5281/zenodo.1439058>

Cooper, P., & Mattison, M. (2017). Intermediaries, vulnerable people and the quality of evidence. *The International Journal of Evidence & Proof*, 21(4), 351-370. doi:10.1177/1365712717725534

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (Ed.). (2018). *Anais do Simpósio 'A prática do depoimento especial e repercussões da Lei 13431/2017'*. Rio de Janeiro, RJ: CGJ. Recuperado de <http://bit.ly/2Qx1pwx>

Greijer, S., & Doek, J. (2016). *Terminology Guidelines for the Protection of Children from Sexual Exploitation and Sexual Abuse*. Luxembourg: Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children. Recuperado de <http://bit.ly/2NlqBn1>

Ipea. (2015). *Reconhecimento Pessoal e Depoimentos Forenses* [Vídeo]. Brasil: Pensando Direito. Recuperado de <http://bit.ly/2QuUggk>

Johansson, S., Stefansen, K., Bakketeig, E., & Kaldal, A. (Eds.). (2017). *Collaborating against child abuse. Exploring the Nordic Barnahus Model*. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg. Recuperado de <http://bit.ly/2O2fLs7>

Lanzarote Committee. (2017). *Protection of children against sexual abuse in the circle of trust: The framework*. Recuperado de Council of Europe website: <http://bit.ly/2DoGsCr>

Lanzarote Committee. (2018). *Protection of children against sexual abuse in the circle of trust: The Strategies*. Recuperado de Council of Europe website: <http://bit.ly/2Drip2V>

Lei N. 8.069 (13 jul., 1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Lei N. 13431 (4 abr, 2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Recuperado de: <http://bit.ly/2DvBFPt>

O'Donnell, R., & Wenke, D. (2017). *Barnahus Quality Standards Summary* (Rep.). Recuperado de Council of the Baltic Sea States Secretariat and Child Circle website: <http://bit.ly/2NA04Z4>

Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. (2015). *Child Forensic Interviewing: Best Practices* (pp. 1-20). Washington: U.S. Department of Justice. Recuperado de <http://bit.ly/2zTbi2m>

Organização das Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Recuperado de <https://uni.cf/2lspFgw>

Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. (s.d.). *Turminha da Justiça: Ouvindo a criança e o adolescente*. Recuperado de <http://bit.ly/2DvAqzN>

Ramos, S. (2015). *Depoimento Especial de Crianças: Multiversos em cena*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado de: <http://bit.ly/2DyAcly>

Recomendação 33 CNJ (23 nov, 2010). Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial. Recuperado de <http://bit.ly/2Dwd4dF>

Santos, A., & Coimbra, J. (2017). O Depoimento Judicial de Crianças e Adolescentes entre Apoio e Inquirição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 595-607. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004032016>

Stein, L. (Ed.). (2015). *Avanços científicos em Psicologia do Testemunho aplicados ao Reconhecimento Pessoal e aos Depoimentos Forenses. Pensando o Direito* (Vol. 59). Ministério da Justiça. Recuperado de <http://bit.ly/2QrY1s>

United Nations. (2009). *Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime. Model Law and Related Commentary*. New York: United Nations Office on Drugs and Crime. Recuperado de: <http://bit.ly/2qz0MsB>

United Nations. (2009). *Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime. Handbook for Professionals and Policymakers*. New York: United Nations Office on Drugs and Crime. Recuperado de <http://bit.ly/2NxtGGh>

United Nations Children's Fund. (2007). *Implementation Handbook for the Convention on the Rights of the Child*. New York: Unicef. Recuperado de <https://uni.cf/2lt4T0t>.

Blogs

Cartas do Litoral

<https://medium.com/@arcoim>

Interface Psicologia e Justiça

<https://interfacepsijusbr.wordpress.com/>

Obrigado!

Este arquivo está disponível
em:

<http://bit.ly/2x9LFYw>

José César Coimbra

@arcoim

arcoim@yahoo.com.br